

Sensacionalismo no *prime-time* português: O impacto da CMTV nas coberturas policiais nos telejornais da RTP1, SIC e TVI

Sensationalism in the Portuguese primetime: The impact of CMTV on crime reporting on news shows from RTP1, SIC, and TVI

Caroline Ribeiro de Almeida

ISCTE-IUL, Departamento de Sociologia
e Políticas Públicas
carolineribe@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-9117-5281](https://orcid.org/0000-0002-9117-5281)

Ilo Aguiar Reginaldo Alexandre

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas,
iNOVA Media Lab (ICNOVA)
mail@iloaguiar.com
ORCID ID: [0000-0002-1256-6613](https://orcid.org/0000-0002-1256-6613)

Resumo: Nos últimos anos muito se foi falado na comunicação social portuguesa sobre o caráter mais sensacionalista dos canais generalistas, incrementado pela disputa de audiência com a CMTV. Este trabalho analisa o cenário das coberturas policiais nos telejornais do horário nobre dos principais canais generalistas de Portugal: RTP1, SIC e TVI, com o objetivo de compreender se houve um aumento deste tipo de abordagem. Partindo da discussão de conceitos como gatekeeping, valores-notícia, audiência, sensacionalismo e jornalismo policial, recorre-se às vertentes quantitativa e qualitativa da análise de conteúdo para proceder à investigação. Para formar um corpus consistente para a perceção das características evolutivas das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Assim, selecionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de Janeiro, a 1ª terça-feira de Março, a 1ª quarta-feira de Junho, a 1ª quinta-feira de Setembro e a 1ª sexta-feira de Novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, formando uma amostra com 25 edições de cada telejornal, totalizando 75 edições. São analisadas sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção da narrativa. Nossos resultados mostram que RTP1, SIC e TVI mostram-se estabilizados quando se trata do número de notícias de “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” presentes nos alinhamentos, com oscilações não significativas nos anos analisados. Em números absolutos, não se observa um aumento de cobertura policial nos alinhamentos dos jornais, mas nota-se um conjunto de estratégias para atrair o telespectador. A RTP1 aposta em formatos mais aprofundados de notícias, a SIC investe em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição, e a TVI utiliza os discursos cheios de sentimentos de testemunhas como principal fonte de informação para a construção das narrativas.

Palavras-chave: telejornalismo; crime; audiência; sensacionalismo; Portugal.

Abstract: *In recent years, much has been said in the Portuguese media about the more sensational character of generalist channels, increased by the audience dispute with CMTV. This paper analyzes the scenario of crime reporting in primetime on the five major Portugal broadcast television networks: RTP1, SIC, and TVI, to understand if there was an increase in this type of coverage. Starting from the discussion of concepts such as gatekeeping, news-value, audience, sensationalism, and crime reporting, the quantitative and qualitative aspects of content analysis are used to carry out the study. To form a consistent corpus for the perception of the evolutionary characteristics of crime reporting, a five-year period was established. Thus, we selected: the 1st Monday of January, the 1st Tuesday of March, the 1st Wednesday of June, the 1st Thursday of September and the 1st Friday of November of the years 2012, 2013, 2014, 2015, and 2016, forming a sample with 25 editions of each primetime news program, totaling 75 editions. Seven variables are analyzed, ranging from the main topics covered, including the emphasis given to each one and the use of information sources in the construction of the news piece. Our results show that RTP1, SIC, and TVI are stable when it comes to the number of “crime, law and justice” and “accidents and disasters” news items present in the news shows, with non-significant oscillations in the analyzed years. In absolute numbers, there is no increase in crime reporting in the news shows, but there is a set of strategies to attract the audience. RTP1 invests in more in-depth news formats, SIC focuses on highlighting the topic at the opening and throughout the edition, and TVI uses the speeches full of feelings of witnesses as the main source of information for the construction of narratives.*

Keywords: news show; crime; audience; sensationalism; Portugal.

Introdução

“Um momento que acaba até por ser histórico na televisão portuguesa. Nunca teríamos assistido até hoje uma entrega em direto” (RTP Notícias, 2016), diz a jornalista Sandra Felgueiras na RTP3, às 22h13 de 8 de novembro de 2016. Esse dia marcou o fim da caçada ao homicida Pedro Dias, que esteve em fuga durante 28 dias após cometer três homicídios em Aguiar da Beira, distrito da Guarda, em outubro de 2016.

A cobertura do “Caso Pedro Dias” reforçou discussões já presentes na comunicação social portuguesa. Em 2016 e 2017, foram frequentes artigos de opinião sobre as características do jornalismo praticado em Portugal. Em artigo no jornal Público, o embaixador reformado Fernando d’Oliveira Neves se referiu a televisão como um dos meios que “se comprazem a praticar uma pretensa informação sensacionalista que logo se traveste numa informação que, mais que alarmista, eu diria histérica” (2016, para. 5). À propósito da cobertura dos incêndios florestais que assolaram Portugal em 2017, matando mais de 100 pessoas, especialistas alertaram à agência de notícias Lusa que “uma cobertura noticiosa dos incêndios que banaliza o acontecimento, assim como o recurso ao sensacionalismo, pode ter um efeito promotor de fogos postos por parte de grupos mais vulneráveis” (Porto Canal, 2017, para. 1).

A reportagem especial “Inferno em Pedrógão”, de Judite Sousa, sobre a tragédia do fogo em Pedrógão Grande, foi exibida em 18 de junho de 2017 no *Jornal das 8*, da TVI, e gerou polémica. A poucos passos de um cadáver, Judite Sousa descrevia a situação: “Um corpo aqui ao meu lado, de uma senhora, que ainda não foi retirado, apesar dos bombeiros se encontrarem muito perto deste local” (TVI, 2017). A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)¹, depois de acionada sobre a reportagem, deliberou que a TVI desrespeitou “a dignidade da pessoa humana, a ética de antena que lhe cumpre observar e que àquela se associa, bem como o dever de rigor informativo” (ERC, 2017, para. 9).

Sérgio Figueiredo, diretor de informação da TVI na altura, validou a abordagem afirmando que o corpo passou muitas horas estendido “e tapado com um lençol branco — a pior das metáforas da incapacidade da assistência civil atender todas as populações que foram implacavelmente atacadas pelas chamas. Esta circunstância confere um evidente relevo informativo, que não compete ao regulador definir” (Silveira, 2017, para. 14).

Com isso, Figueiredo toca em um ponto-chave para a percepção da construção jornalística dos media em geral. O “relevo informativo” de determinado acontecimento é estabelecido durante *gatekeeping*, “um fenómeno de filtragem controlado por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeepers*” (Cruz, 2008, p. 120).

Outras opiniões logo passaram a relacionar a *briga pela audiência* como fator decisivo para o incremento das coberturas mais sensacionalistas na televisão. Rui Calafate (2016), colunista do jornal online ECO, afirmava em artigo de 2016 que o único canal de informação em crescimento em Portugal era a CMTV² e que as outros seguiam na mesma direção do líder de audiência³, sem oferecer alternativas para o público.

1 Entidade administrativa independente que regula e supervisiona órgãos de comunicação social em Portugal.

2 Canal a cabo do grupo Cofina inaugurado em 2013 como uma extensão do jornal Correio da Manhã, que segue os mesmos padrões editoriais do impresso, com cunho popular e voltado para coberturas mais apelativas (Oliveira, 2019; Torres, 2014).

3 De acordo com dados da Growth from Knowledge (GfK), a CMTV completou em setembro de 2020 45 meses consecutivos como líder de informação no cabo (CMTV, 2020).

Em comum, as opiniões acima trazem à tona o termo “sensacionalismo”. Esse conceito é matéria-prima para um gênero jornalístico ainda pouco estudado em Portugal, o *jornalismo policial*. Este trabalho propõe um olhar sobre a cobertura policial no telejornalismo português.

Para tal, primeiramente realizamos uma breve revisão da literatura em que contextualizamos conceitos como critérios de noticiabilidade, valores-notícia e *gatekeepers*. Em seguida, abordamos a importância que a mensuração da audiência ganhou nas redações e as especificidades do sensacionalismo. Para aprofundar a discussão sobre o crime enquanto pauta jornalística e jornalismo policial, recorreremos a um trabalho anterior em que traçamos um breve histórico do gênero em Portugal, com a ajuda de entrevistas a três nomes de relevo dentro desta temática: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes (Almeida, 2017).

Para perceber quais são as características das coberturas policiais na televisão em Portugal, selecionamos os jornais do horário nobre das três principais emissoras generalistas do país: *Telejornal*, da RTP1; *Jornal da Noite*, da SIC; e *Jornal das 8*, da TVI, de 2012, antes da criação da CMTV, até 2016, quando a jovem emissora já era líder no seu segmento. A análise centra-se em sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção narrativa.

Ao final, será possível perceber quais estratégias são adotadas pelos canais nas coberturas policiais e, ainda, observar se a proposição de Rui Calafate, quando diz que “a agenda mediática de quase todas as televisões se ajoelhou perante o crime” (2016, para. 7), encontra bases para se sustentar.

Gatekeeping e valor-notícia

A função de *gatekeeper* foi desenvolvida por White (1999), que acompanhou o fluxo de desenvolvimento de notícias dentro de empresas jornalísticas. Esse processo de produção da informação é resumido por Nelson Traquina como uma sequência que “tem de passar por diversos gates, isto é ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (2004, p. 150).

A primeira definição sistemática dos valores-notícia (*news values*) é de Galtung e Ruge (1965), que estabeleceram 12 fatores. Por sua vez, Traquina (2005) divide os valores-notícia em dois grupos, os de *seleção* e os de *construção*, distinção estabelecida por Wolf (2006), “que apontou que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística” (Traquina, 2005, pp. 77–78).

Os valores-notícia de seleção atuam no momento de escolher o que será transformado em notícia e dividem-se em *critérios substantivos*, relacionados “à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” (Traquina, 2005, p. 78) e *critérios contextuais*, que consideram o contexto de produção da notícia.

São critérios substantivos: *morte*, *notoriedade* do agente principal do evento; *proximidade*, em termos geográficos e culturais; novidade; *tempo* e *efeméride*, que marcam a relação entre datas de acontecimentos; *notabilidade*, que considera a quantidade de envolvidos, inversão entre o que é inusitado e o que é o normal, insólitos, falhas e excesso ou escassez de algum tema; *inesperado*, como mega-acontecimentos; *conflito* ou *controvérsia*, que se relacionam à violência física ou simbólica; e *infração*, violação ou transgressão de regras.

Os critérios contextuais englobam *disponibilidade*, facilidade de se realizar a cobertura do acontecimento; *equilíbrio*, quando se avalia a quantidade de notícias sobre o tema dentro de um período de tempo; *visualidade*, existência de elementos visuais como fotos e vídeos; *concorrência*, a procura pelo que é exclusivo e a preocupação em também apresentar o que outros veículos têm; e *dia noticioso*, a avaliação do que houve neste dia e qual acontecimento se sobressai em valores-notícia entre os outros.

O segundo grupo proposto por Traquina, valores-notícia de construção, refere-se aos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2005: 91). Englobam *simplificação*, quanto menos ambiguidade e complexidade melhor; *amplificação*, capacidade de amplificar o ato ou as consequências; *relevância* que uma notícia sobre determinado acontecimento poderá ganhar; *personalização*, valorização dos envolvidos no fato; a dramatização, reforço dos aspectos emocionais; e *consonância*, a possibilidade de relacionar o novo fato com contextos já conhecidos pelo público.

Embora os valores-notícia sejam “elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa” (Traquina, 2005, p. 93), não estão imunes ao poder organizacional, já que a linha editorial do veículo de comunicação pode afetar a seleção dos acontecimentos de várias maneiras. Além disso, fatores econômicos dos veículos de comunicação também podem afetar a escolha dos assuntos. “Enquanto o pólo ideológico define o jornalismo como um serviço público, o pólo econômico define o jornalismo como um negócio, que tem tendência para definir as notícias como uma mercadoria que vende jornais ou consegue um bom share da audiência” (Traquina, 2004, p. 207).

Audiência e mercado

As noções sobre o significado de audiência fazem parte de uma realidade comum e evoluem conforme o surgimento de novos media (Barreiros, 2010). Para Dennis McQuail (1997), a origem do atual conceito de audiência remonta à antiguidade e refere-se aos ouvintes, leitores e espectadores de diferentes media. A audiência seria o resultado de uma combinação de contexto social e de resposta a um padrão de oferta de media.

Nos anos de 1920, com o crescimento da radiodifusão, começa uma nova etapa para a definição do conceito, é “o início do processo de criação de audiência de massa através de suportes

tecnológicos de comunicação à distância” (Barreiros, 2010, p. 116). No entanto, para McQuail (1997), foi a televisão a responsável por evidenciar as características de massa das audiências. O impacto da televisão era muito maior. Estava presente tanto nos espaços sociais quanto culturais e favorecia o privado em detrimento dos espaços públicos, diferente do que acontecia com a leitura de jornais, por exemplo. Dessa forma, a audiência da televisão era, mais do que nunca, um fenômeno de massa: grande alcance, anônima, viciante e passiva (McQuail, 1997). Logo tornou-se prática habitual homogeneizar a audiência, construindo-a de acordo com o contexto em que ela é imaginada (Hartley, 2004).

Desde a *penny press* os jornalistas tinham uma atitude elitista de que sabem o que é melhor para o público, comportamento que foi reforçado na segunda metade do século XX (Schudson, 2012). Jornalistas admitiam que escreviam um para o outro e que ignoravam os anseios da audiência (Darnton, 1975). “Sei que temos 20 milhões de espectadores, mas não sei quem são. Não sei o que o público quer e não me importo. Não posso saber, por isso não me importo”, afirmou um grande produtor de televisão na década de 1970 (Gans, 2004, p. 234).

Em seu clássico trabalho etnográfico sobre redações, o sociólogo Herbert Gans resume a atenção dada ao *feedback* da audiência da seguinte forma: “Comecei este estudo presumindo que os jornalistas, como funcionários comerciais, levam a audiência diretamente em consideração ao selecionar e produzir histórias (...) Fiquei surpreso ao descobrir, no entanto, que eles tinham pouco conhecimento sobre a audiência e rejeitavam o *feedback*” (Gans, 2004, pp. 229–230).

As audiências acabam sendo vistas como uma construção para que os media vendam publicidade, fazendo com que informação se torne uma mercadoria (Hartley, 2004). É com o perfil traçado das audiências que os espaços publicitários dentro de uma organização são definidos. Inclusive, as empresas de medição de audiência surgem exatamente da necessidade que anunciantes têm de conhecer os hábitos e preferências das audiências (Duarte, 1994). A audimetria passou a ser o método mais utilizado, principalmente, por canais de televisão, para demonstrar seu crescimento em números.

A grelha de programação de um canal televisivo é considerada estratégica para fidelizar a audiência (Fernandes, 2001). Em Portugal, o início da década de 1990 marca a expansão do setor no país, com a criação da SIC⁴ e da TVI⁵, que passaram a concorrer a RTP1⁶, trazendo uma declaração de guerra à tona (Fernandes, 2001). Fernandes (2001) defende que a audiência das emissoras é como uma mercadoria, que é negociada com os anunciantes, gera lucro e favorece o crescimento dos grupos de comunicação social.

4 Primeira emissora de TV privada de Portugal, inaugurada em 1992.

5 Segunda emissora de TV privada de Portugal, inaugurada em 1993.

6 Canal público que começou a ter emissões regulares em 1957.

Sensacionalismo e jornalismo policial

Sensacionalismo é um termo pejorativo, que coloca em xeque a credibilidade de um noticiário. “Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias, editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso” (Angrimani, 1994: 13).

Entrevistas com elementos ficcionais e manchetes apelativas eram algumas das técnicas utilizadas pelos pioneiros do sensacionalismo nos Estados Unidos: *New York Herald* e *New York Sun*. Por sua vez, os jornais *New York World* e *New York Journal* levaram o sensacionalismo a outro patamar, aprimorando técnicas existentes e desenvolvendo novas (Angrimani, 1994; Douglas, 1999; Schudson, 1981).

Nas reportagens televisivas, o sensacionalismo condiciona ações dos repórteres, que recorrem ao tom dramático nas narrações, procuram choro e sofrimento nos entrevistados e imagens fortes (como cadáveres ou sangue) para despertar emoção no espectador. Mesmo telejornais que não são sensacionalistas podem valer-se destas estratégias em algum momento (Angrimani, 1994; Greer, 2017).

O sensacionalismo tem bastante destaque nos *fait-divers*, fatos diversos que têm a missão de atrair “por seu caráter excêntrico, absurdo, intenso, cômico, por envolverem celebridades, figuras públicas etc. Trata-se de histórias simples, curtas e curiosas, sem real relevância jornalística, mas que servem perfeitamente para despertar os mais diversos tipos de emoções no público” (Romão, 2013, p. 42). Algumas coberturas policiais encaixam-se neste âmbito.

Para teóricos do Brasil, país onde o jornalismo policial está consolidado não apenas como produto dos media, mas também como objeto de investigações, esse gênero jornalístico é produto da modernidade: “as transformações no processo de produção no jornalismo no início do século XX favoreceram ao surgimento de uma modalidade no jornalismo que apelaria às sensações e sentidos do público” (Teixeira, Santa Brígida, & Teixeira, 2015, pp. 1-2).

Menezes, Medeiros e Alves (2009, p. 6) caracterizam jornalismo policial como “a especialização do repórter nos fatos criminais, judiciais, de segurança pública e, como o nome sugere, em investigações policiais”.

Embora a denominação jornalismo policial remeta diretamente a questões ligadas ao crime e segurança pública, estas não são as únicas temáticas encontradas. Isso porque o jornalismo policial recorre ao sensacionalismo como um dos principais recursos para a construção das notícias (Romão, 2013). Em um estudo sobre os principais programas policiais da televisão no Brasil, Romão (2013) constatou que também cabem no gênero coberturas de acidentes, incêndios, desastres naturais, problemas estruturais das cidades, situações que alteram a rotina da população, polêmicas envolvendo celebridades. O autor destaca que a

linguagem do jornalismo policial é diferente do jornalismo tradicional, valorizando a informalidade e expressões coloquiais, “que dão o tom de uma conversa direta com o telespectador” (Romão, 2013, p. 34).

Em uma análise sobre os programas policiais brasileiros no rádio, Pacheco (2005) reúne entrevistas com profissionais do segmento que afirmam que jornalismo policial “deve buscar a notícia de forma objetiva e verdadeira (...) qualquer notícia é importante, pois toda sociedade gosta de ficar sabendo sobre um acidente e uma enchente ou fatos que envolvem o setor de segurança pública” (Pacheco, 2005, p. 15).

Baseada nesta caracterização, a análise que realizamos leva em conta as temáticas óbvias do gênero, como crime e segurança, mas também aquelas que se enquadram por suscitarem o apelo emocional, como acidentes e outros desastres. Vale destacar que Portugal apresenta, desde 2008, redução de 20,3% no índice de criminalidade geral e de 40,8% na criminalidade violenta e grave, de acordo com Relatório Anual de Segurança Interna, divulgado em junho de 2020 (Sistema de Segurança Interna, 2020). A diminuição das ocorrências, naturalmente, interfere no número de notícias de crimes presentes nos alinhamentos dos telejornais, por isso ampliar a abrangência dos temas justifica-se e faz-se necessário à formação do corpus para a análise.

Há estudos sobre a violência e o sensacionalismo nos canais generalistas portugueses (Brandão, 2010; Brandão & Moraes, 2012; Cádima, 2011; Canavilhas, 2001) e análises sobre casos específicos, como o “Caso Maddie”⁷ (Correia, 2008; Ferreira, 2009) e “Caso Pedro Dias” (Coelho, 2017). Mas é escassa a bibliografia focada no jornalismo policial na televisão. Dessa forma, recorreremos a entrevistas com três jornalistas de referência no seguimento: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes (Almeida, 2017).

Em 1993, a SIC apostou em um programa semanal, de uma hora e meia dentro do *prime-time*, dedicado a questões de segurança. O Casos de Polícia tinha apresentação de Carlos Narciso, contava comentadores especializados para aprofundar os temas abordados nas reportagens e foi o primeiro jornalístico do gênero no país. Narciso explica que após um ano com audiências fracas, “o programa foi líder de audiência nacional durante uns três anos. É por isso que hoje toda a gente replica esse tipo de reportagem” (Almeida, 2017, p. 15).

Hernâni Carvalho foi responsável por outra grande mudança no jornalismo policial português em 2000, na RTP1. O *Histórias da Noite*, que apresentou, foi o primeiro programa a conseguir autorização formal para acompanhar o trabalho da polícia durante as ocorrências. Pouco tempo depois, Carvalho migrou para a TVI, emissora que também apostou no modelo e criou o 112, apresentado por Alexandra Borges, que rivalizava com o *Histórias da Noite*.

7 Cobertura do desaparecimento da menina britânica Madeleine McCann, que ocorreu em 3 de Maio de 2007, na Praia da Luz, em Portugal, durante viagem de férias da família.

Nessa altura, “o policial passa a ser um elemento ativo da reportagem, a ser ele que conta a história em conjunto com as pessoas que fazem parte da ocorrência”, explica Miguel Fernandes (Almeida, 2017, p. 15), que fez parte da equipa fundadora da CMTV, onde foi editor e apresentador do programa Rua Segura.

O final da primeira década dos anos 2000 marca um período em que, segundo Fernandes, peças policiais eram pontuadas dentro dos noticiários. Até que, em 2013, nasce a CMTV, que “vem mudar novamente o paradigma, em Portugal, da televisão, porque praticamente toda a informação é focada no crime, na segurança, no socorro”, explica Fernandes (Almeida, 2017, p. 16).

Dessa forma, Narciso ressalta que “as pessoas acham [...] que só há crime por todo lado, que podem levar uma facada ao virar a esquina, e é mentira. Portugal é um país tranquilo, mas há uma psicose em segurança que é muito alimentada pela televisão” (Almeida, 2017, p. 16).

Metodologia

O método utilizado neste trabalho é a análise de conteúdo. Esta técnica de pesquisa surge pela primeira vez aplicada à comunicação em 1893 (Krippendorff, 1980), mas é na primeira metade do século XX que se consolida como “técnica predominantemente útil no estudo da comunicação social e da propaganda política e associada a objetivos pragmáticos e de intervenção” (Vala, 2014, p. 101). Nos Estados Unidos, a difusão de meios de comunicação de massa, o surgimento de escolas de jornalismo e a necessidade de compreender as causas de problemas sociais e políticos que surgiram depois da crise de 1929 fizeram a análise de conteúdo ter sido bastante requerida nesse período (Krippendorff, 1980). A Segunda Guerra Mundial foi a responsável por impulsionar o método para a escala global, com as análises das propagandas veiculadas durante o conflito.

Bernard Berelson define análise de conteúdo como a técnica para “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952, p. 18). As mesmas referências ao caráter de objetividade e de sistematicidade são mantidas por P.J. Stone, que desenvolveu uma das primeiras tentativas de compreensão computacional de linguagens naturais: “análise de conteúdo é qualquer técnica de pesquisa para fazer inferências por meio da identificação sistemática e objetiva de características específicas dentro de um texto” (Stone, Dunphy, & Smith, 1966, p. 5).

Klaus Krippendorff, por sua vez, estabelece que “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas dos dados para o seu próprio contexto” (Krippendorff, 1980, p. 21). Krippendorff critica a definição de Berelson afirmando que este não deixa claro o significado de conteúdo nem qual deveria ser o objeto da análise. Com

relação ao conceito de Holsti e Stone, Krippendorff defende que, embora a inferência já seja colocada como um ponto fulcral para a análise de conteúdo, os autores falham em ressaltar a importância de se relacionar a classificação, categorização e frequência dos dados com outros fenômenos, questão fundamental para que os resultados tenham validade empírica. Por isso, Krippendorff (1980) argumenta que qualquer tipo de análise de conteúdo deve ser realizada dentro do contexto dos dados estudados.

Jorge Vala (2014) ressalta que a análise de conteúdo não pode ficar restrita à descrição. “A finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2014, p. 104).

Por fim, Quivy e Campenhoudt (2008) sublinham que todos os métodos de análise de conteúdo obrigam um distanciamento crítico do investigador do objeto analisado, uma vez que não se deve “utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 230).

Definição da amostra e referencial de codificação

O *Telejornal*, o *Jornal da Noite* e o *Jornal das 8*, que formam a faixa das 20 horas da RTP1, SIC e TVI, respectivamente, têm mais de uma hora de duração e são exibidos diariamente. Para a seleção da amostra foi utilizada a estratégia da “semana artificial” (Bauer & Gaskell, 2002), que serve para garantir uma amostra variada, com distribuição equitativa de dias da semana e “é considerada confiável porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta” (Herscovitz, 2008, p. 131). A seleção também segue a estratégia de Nuno Goulart Brandão (2005): centrar na primeira semana útil de cada mês, excluindo-se as edições de sábado e domingo “por possuírem especificidades próprias” (Brandão, 2005, p. 153). Para formar um corpus consistente para a percepção das características das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Selecionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de janeiro, 1ª terça-feira de março, 1ª quarta-feira de junho, 1ª quinta-feira de setembro e a 1ª sexta-feira de novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 do *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8*, formando uma amostra com 25 edições de cada jornal, 75 no total. Dessa forma, foi possível analisar o alinhamento dos telejornais antes e depois da chegada da CMTV.

Jorge Vala menciona que a classificação é um ofício diário que realizamos para “reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido. A prática da análise de conteúdo baseia-se nesta elementar operação do nosso quotidiano e, tal como ela, visa simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação” (Vala, 2014, p. 110).

Tendo isso em mente, definimos sete variáveis para a realização desta análise, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Variáveis utilizadas na análise

Variável	Descrição
Tema	Foram selecionadas as categorias “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” dentre as categorizações temáticas disponíveis no IPTC <u>NewsCodes</u> .
Formato	<u>Off</u> (nota coberta); Peça (notícia); Reportagem; Direto (ao vivo);
Alinhamento	Posicionamento das notícias na primeira ou na segunda parte do jornal.
Duração	Notícias com até um minuto de duração; até dois minutos; até três 3 minutos; e mais de três minutos.
Destaque	Formas de chamar a atenção do público para a notícia: destaques na abertura do jornal; teasers ao longo do jornal.
Localização geográfica	Fato ocorrido dentro do território de Portugal (nacional) ou fora (internacional).
Fontes	Categoria: primária e secundária. Grupo: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e referência.

Fonte: Elaboração própria

O tópico “crime, lei e justiça” possui 16 subcategorias no IPTC NewsCodes⁸: crime; judicial (sistema de justiça); polícia; punição/sentença; prisão; leis; justiça e direitos; julgamentos; acusação; crime organizado; lei internacional; crime econômico; crime de guerra; investigação; inquérito; e tribunal. O tema “acidentes e desastres” tem 17 ramificações: seca; sismo; fome; incêndios; inundações; acidente industrial; desastres meteorológicos; acidente nuclear; poluição; acidentes de transportes; erupção vulcânica; organizações de socorro; acidente (geral); caso de emergência; desastre (geral); planos de emergência; e salvamento/busca. Algumas dessas subcategorias possuem outras ramificações, abordadas na próxima seção.

Os formatos correspondem às definições brasileiras de Guilherme Jorge de Rezende (2009). Como há algumas diferenças de nomenclatura, na Tabela 1 colocamos os termos adotados no Brasil entre parênteses. Segue uma breve definição de cada formato. Off: texto lido pelo pivô, com imagens exibidas sobre a narração; peça: combinação de narração do jornalista com entrevistas e imagens;

⁸ IPTC NewsCodes é uma ferramenta que dispõe de categorias pré-estabelecidas para indexação de conteúdos através de temas. Há 17 *media topics* primários que, por sua vez, ramificam-se. De acordo com a pertinência para esta pesquisa, foram selecionados apenas dois.

reportagem: peça com mais profundidade nas informações e presença física do jornalista; direto: relato feito pelo jornalista no momento, sozinho ou com entrevistados, através de um link.

Foi adotada a classificação de fontes de notícias de Aldo Antonio Schmitz (2011), que estabelece duas categorias: primárias, que possuem ligação direta com o fato, fornecendo o essencial da informação; e secundárias, que contextualizam e complementam a matéria jornalística. Schmitz também classifica as fontes em sete grupos: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência.

Por fim, é importante frisar que a análise de conteúdo possui limitações. O resultado só poderá ser tão bom quanto os documentos analisados o forem. Por isso, é preciso sempre dar prioridade a uma análise realizada sobre fontes autênticas, credíveis e representativas (Bryman, 2016). Heloiza Herscovitz ressalta que a análise de conteúdo “limita-se às informações previamente registradas pelos meios de comunicação e, portanto, não pode analisar o que está ausente. Está sujeita a produzir interpretações errôneas e simplistas, principalmente quando se apoia apenas na contagem de palavras por computador” (Herscovitz, 2008, p. 139).

Para o jornalismo, a análise de conteúdo tem se mostrado eficaz devido a capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou registrado (Herscovitz, 2008). Herscovitz destaca que a tendência atual da análise de conteúdo tem sido a de integrar o conteúdo manifesto e o que está oculto ou subentendido em um mesmo estudo, para que o investigador compreenda não somente o significado visível, mas também “o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (Herscovitz, 2008, p. 126).

Para este estudo, a análise de conteúdo é adequada pelo seu caráter extensivo, uma vez que incide sobre uma vasta quantidade de material analisado. Em segundo lugar, porque permitirá a realização de inferências sobre o atual cenário do jornalismo policial na televisão em Portugal e sobre quais estratégias têm sido adotadas pelas emissoras. Os resultados também vão favorecer a criação de um perfil do modelo que cada jornal tem seguido, a percepção das temáticas que são mais recorrentes e o tipo de destaque que é dado a cada uma. Pretende-se que as conclusões constituam um contributo para o traçar do estado da arte sobre jornalismo televisivo em Portugal.

Resultados

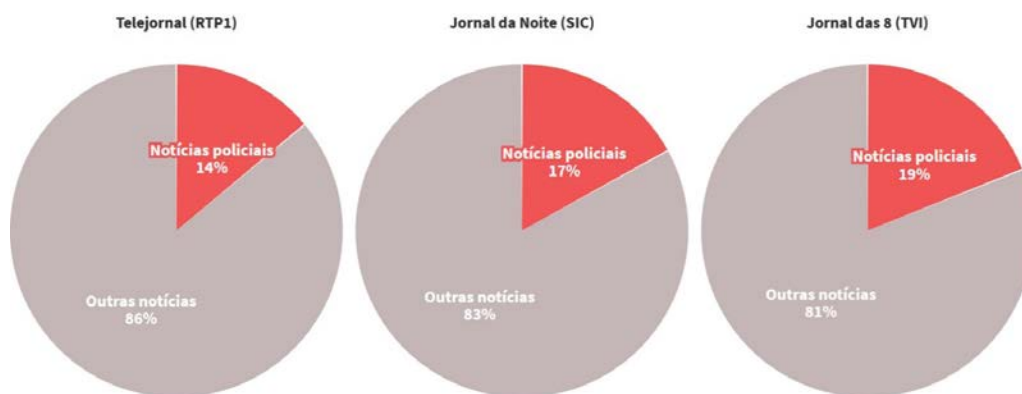
No período analisado, notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” representaram 17% do total de notícias veiculadas nos telejornais do horário nobre na televisão generalista portuguesa. A amostra selecionada — 75 edições do *Telejornal*, do *Jornal da Noite* e do *Jornal das 8* do ano de 2012 a 2016 — resultou na análise de 1.963 notícias produzidas pelos três informativos, em que 332 foram categorizadas dentro das duas temáticas do IPTC

Newscode. Das 332 notícias, 73% (N=242) foram sobre “crime, lei e justiça” e 27% (N=90) eram relacionadas a “acidentes e desastres”.

Quando examinamos a divisão por telejornal, percebemos que o informativo da TVI é o que mais abre espaço para o jornalismo policial. No total, 19% (N=134) do alinhamento do *Jornal das 8* foram de notícias policiais, enquanto no *Jornal da Noite* foram 17% (N=118) e no *Telejornal*, 14% (N=80) das notícias no período analisado foram pautas policiais, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1

Proporção de notícias policiais no alinhamento dos telejornais no período analisado

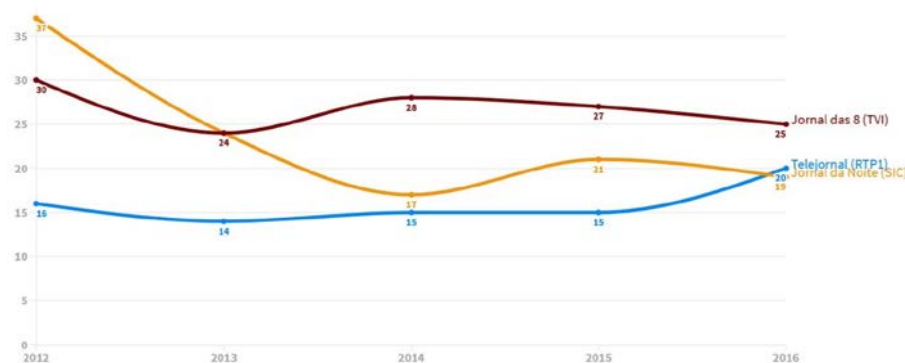


Fonte: Elaboração própria

Ao longo dos anos, o jornalístico da TVI ultrapassou o da SIC, que, por sua vez, de telejornal com mais notícias de cunho policial em 2012, fechou 2016 como o informativo com menos notícias do gênero. Já o *Telejornal* foi o único que registrou subida entre o primeiro e o último ano analisados, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2

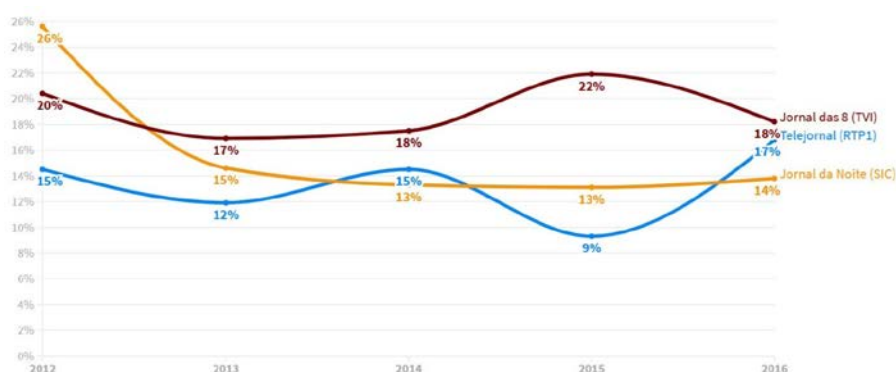
Evolução de notícias policiais em números absolutos



Fonte: Elaboração própria

Olhando para o alinhamento, observamos a mesma tendência: os telejornais da SIC e da TVI tiveram uma redução no volume de notícias policiais entre 2012 e 2016, enquanto o informativo da RTP1 registrou um crescimento na pauta policial, vide Gráfico 3. Ainda assim, o *Telejornal* não ultrapassou o *Jornal das 8*, que desde 2013 é telejornal que mais tem notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres”. Importante destacar ainda que, em 2012, 26% do alinhamento do *Jornal da Noite* era dedicado à pauta policial, ou seja, uma em cada quatro notícias era sobre o assunto.

Gráfico 3
 Percentagem de notícias policiais no alinhamento dos telejornais

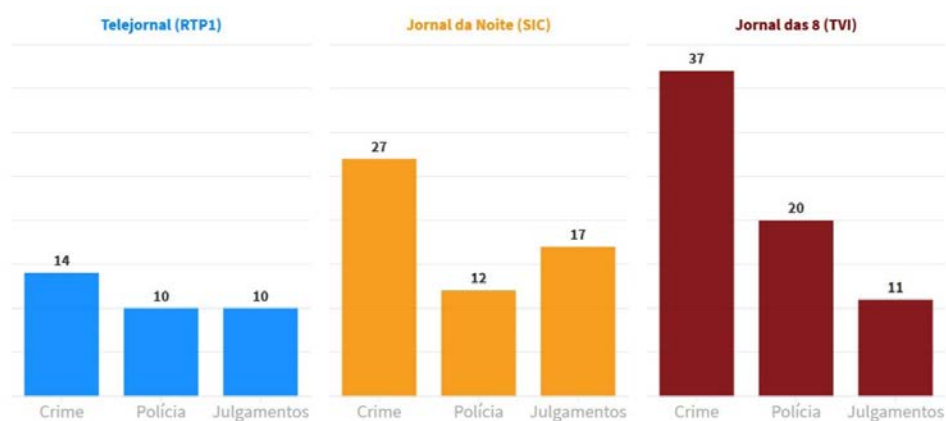


Fonte: Elaboração própria

Temas

Das 16 subcategorias de “crime, lei e justiça”, 12 foram identificadas. E das 17 ramificações de “acidentes e desastres”, 10 foram observadas. Dentre as 33 subcategorias, crime foi a mais noticiada em todos os telejornais, com destaque para o *Jornal das 8*, em que 28% (N=37) das pautas policiais no período analisado foram sobre crime, percentual que caiu para 23% (N=27) no *Jornal da Noite* e 18% (N=14) no *Telejornal*. O Gráfico 4 mostra as três subcategorias mais noticiadas.

Gráfico 4
Três temas mais noticiados entre as 33 subcategorias analisadas



Fonte: Elaboração própria

Dentro da subcategoria crime há 10 ramificações: homicídio, crime informático, roubo, tráfico de droga, crimes sexuais, assalto, rapto, fogo posto, gangues e terrorismo. No informativo da SIC, foram identificadas oito: homicídio, roubo, tráfico de droga, crimes sexuais, assalto, rapto, fogo posto e terrorismo. No telejornal da TVI também foram observados oito, sendo basicamente os mesmos, apenas substituindo fogo posto por gangues. Já na RTP1, o *Telejornal* exibiu seis temáticas: homicídio, roubo, assalto, crimes sexuais, gangues e terrorismo.

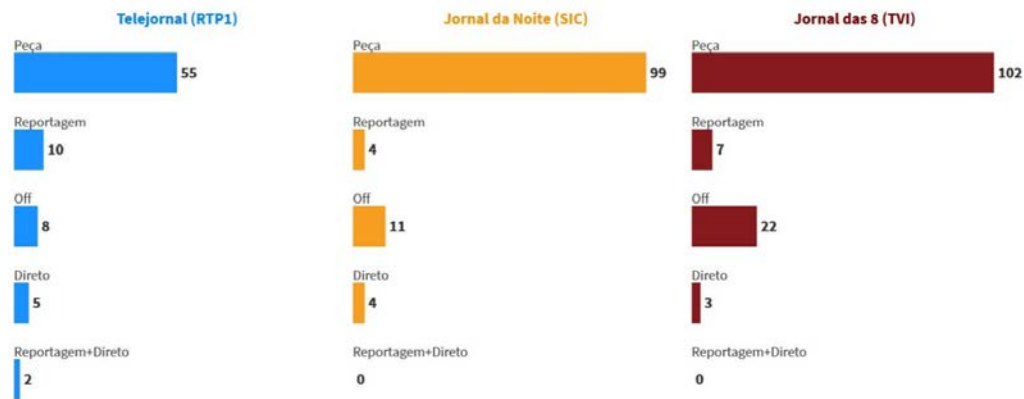
Homicídio e roubo representam mais de 50% das notícias da subcategoria crime no *Telejornal* e no *Jornal das 8*. No informativo da RTP1, homicídio representa 36% (N=5) e roubo 21% (N=3), enquanto no telejornal da TVI homicídio responde por 32% (N=12), seguido por roubo, 27% (N=10). No *Jornal da Noite*, há uma inversão: roubo lidera com 30% (N=8) e homicídio fica em segundo com 19% (N=5) das notícias da subcategoria crime.

Formato

A peça foi, de longe, o formato mais utilizado pelos três telejornais: 77% (N=256) de todas as notícias categorizadas foram apresentadas ao público dessa forma. A peça, de fato, é um formato mais prático em termos de construção de uma notícia completa, com mais abrangência de informações do que um off, mas com menos aprofundamento do que requer uma reportagem (Rezende, 2009). Off foi o segundo formato mais utilizado, presente em 12% (N=41) das notícias policiais. O Gráfico 5 mostra, em valores absolutos, os formatos utilizados por cada informativo.

Gráfico 5

Formatos utilizados nas notícias policiais no período analisado



Fonte: Elaboração própria

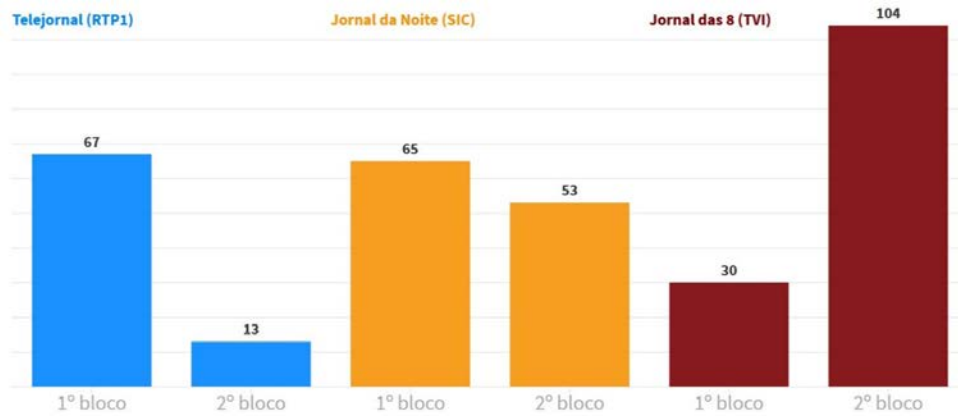
O *Telejornal* foi o que mais investiu em reportagens e diretos, com 21% (N=17) dos temas apresentados nesses formatos, o que sinaliza uma valorização do aprofundamento dos assuntos policiais. Geralmente, são casos em desenvolvimento, com impacto na sociedade e de grande repercussão, como o “Caso Maddie”. Em 6 de Junho de 2014, quando começaram escavações na Praia da Luz, a RTP1 combinou reportagem e direto para cobrir as atividades. Incêndios dominaram os diretos, com 43% (N=6) do total das notícias analisadas.

Alinhamento

Embora seja o telejornal que mais pauta notícias policiais, o *Jornal das 8* foi o único a concentrar a maioria dessas notícias no segundo bloco do informativo, com 78% (N=104) do jornalismo policial sendo exibido após o primeiro intervalo comercial. Ainda assim, o programa é o que mais abre a edição com notícias policiais: 20% (N=6) das pautas do gênero alinhadas no primeiro bloco são também as primeiras notícias do telejornal. Uma proporção muito superior a encontrada no *Telejornal* e no *Jornal da Noite*. Durante o período analisado, apenas 4% das notícias policiais alinhadas no primeiro bloco abriram os informativos da RTP1 e da SIC. A distribuição das notícias policiais entre o primeiro e o segundo bloco é exibido no Gráfico 6.

Gráfico 6

Notícias policiais no alinhamento dos telejornais

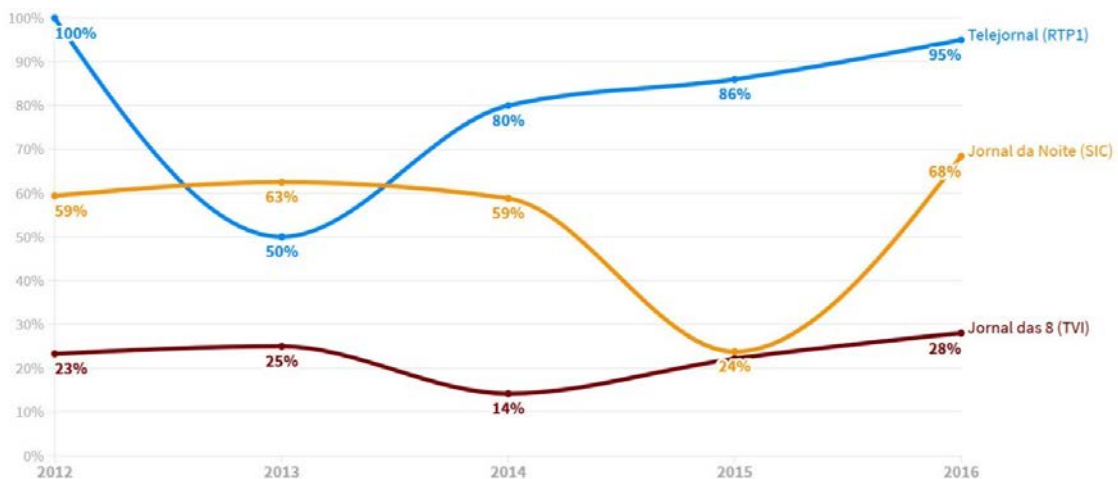


Fonte: Elaboração própria

O *Telejornal* é o informativo que mais concentra a pauta policial no primeiro bloco, chegando a ter 100% dessas notícias alinhadas antes do principal intervalo comercial em 2012 e 95% em 2016, como mostra o Gráfico 7. Os temas que mais recebem destaque em peças de abertura das edições dos três telejornais são incêndios, acidentes (gerais) e punições/sentenças. Em geral, os temas mais alinhados na primeira metade dos jornais são crimes, polícia e julgamentos.

Gráfico 7

Evolução da presença de notícias policiais no 1º bloco dos telejornais, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria

Duração

A maioria das notícias da cobertura policial nos três informativos possui duração de até dois minutos e até três minutos. Em números absolutos, *Jornal das 8* teve a maior quantidade de notícias com até três minutos, como mostra o Gráfico 8. Todavia, analisando o contexto dos telejornais, o informativo da RTP1 foi o que mais apostou em notícias com essa duração, com 48% do conteúdo policial do *Telejornal* tendo essa duração. Como referido na análise dos formatos, a RTP1 é a que mais investe em reportagens e diretos, gêneros que tendem a ter uma maior duração.

Gráfico 8

Número absoluto de notícias policiais categorizadas pela duração



Fonte: Elaboração própria

Quando se trata dos temas que são mais explorados em pautas policiais de maior duração, crime, polícia e incêndio aparecem em comum nos três informativos. São assuntos que, geralmente, permitem aos jornalistas tecer a narrativa com detalhes e explorar o testemunho dos envolvidos no fato, como em 4 de novembro de 2016, quando o *Jornal das 8* noticiou a detenção de dois homens suspeitos de rapto. Dos dois minutos e 13 segundos da matéria, um minuto foi de depoimento do irmão da vítima.

Destaque

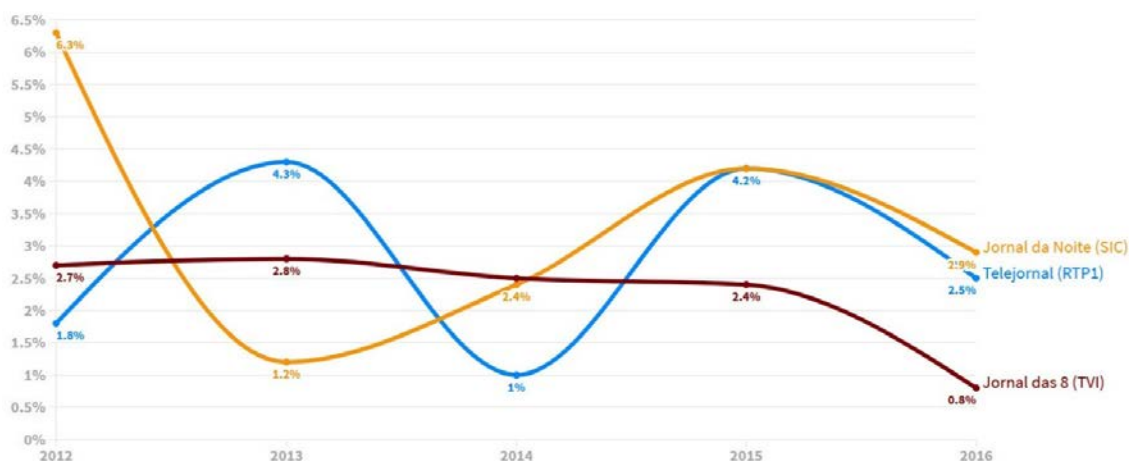
Os três telejornais tiveram uma proporção parecida de destaque da pauta policial, seja na abertura dos informativos, seja em *teasers* ao longo das edições. As notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” representaram 3% de todos os destaques feitos no

Jornal da Noite e no *Telejornal*, 23 e 16 notícias com destaque, respectivamente, enquanto o *Jornal das 8* o valor cai para 2% (N=16).

Entretanto, em 2013, ano em que o *Jornal da Noite* teve a maior quantidade de notícias totais (todas as temáticas) nos alinhamentos, foi o ano com menos presença de pautas policiais nos destaques do jornal, 1% (N=2) como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9

Evolução dos destaques nos telejornais no período analisado, em percentagem



Fonte: Elaboração própria

Entre os temas mais destacados nas manchetes de abertura no telejornal da RTP1 estão acusação e punição/sentença, no informativo da SIC são incêndio, inundação, desastre (geral) e polícia, e no da TVI são julgamentos e desastre (geral). Quando focamos em *teasers*, o crime é a subcategoria mais destacada *Telejornal*, No *Jornal da Noite* são polícia e incêndio, e no *Jornal das 8* vê-se crime e polícia. Por fim, o *teaser* assumiu um papel mais relevante no telejornal da RTP1, onde 6% (N=5) de toda a cobertura policial foi destacada desta forma. O percentual cai para 5% (N=7) na TVI e 2% (N=2) na SIC.

Em apenas três ocasiões foram observadas as mesmas notícias destacadas nas aberturas de todos os telejornais. Em 6 de junho de 2012, a morte de dois irmãos portugueses durante uma expedição de motos em Marrocos; no dia 5 de setembro de 2013, quando um bombeiro de Valença morreu em decorrência de ferimentos do combate ao incêndio na cidade; e em 3 de setembro de 2015, a morte do menino sírio Aylan na Turquia.

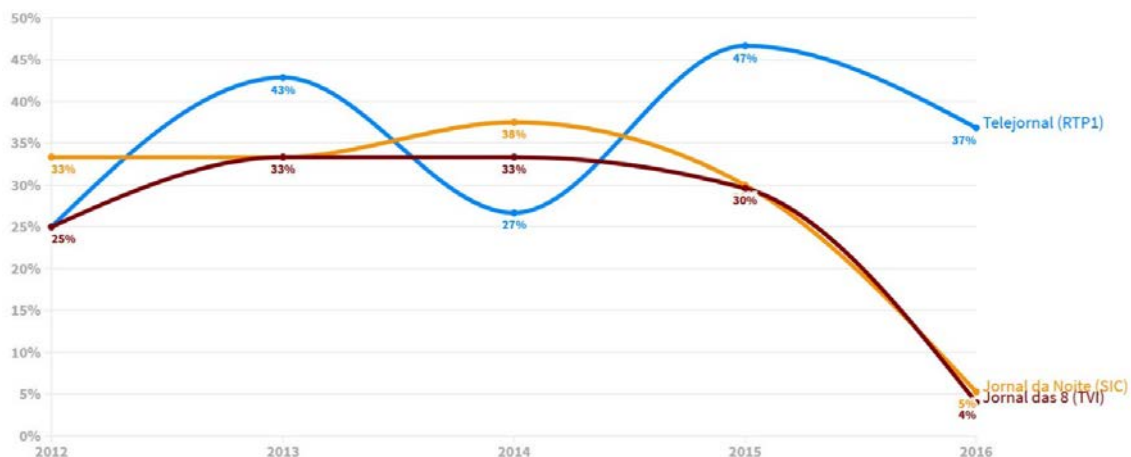
Localização

A cobertura policial dos telejornais analisados é predominantemente de casos que ocorrem no território português. Em valores absolutos, os telejornais da SIC e TVI exibiram mais pautas policiais internacionais: 35 cada. Todavia, quando olhamos proporcionalmente, o *Telejornal* é o que mais pauta notícias do gênero: 35% (N=28) do total de notícias policiais são de fora de Portugal. No *Jornal da Noite* foram 29% e no *Jornal das 8*, 25% da cobertura policial foram dedicados a notícias fora do território português.

Vale ainda ressaltar a tendência de queda na cobertura de notícias policiais fora de Portugal. No informativo da SIC, o volume de pautas policiais internacionais caiu de 35% (N=6) em 2014 para 5% em 2016 (N=1) e no telejornal da TVI de 33% (N=8) em 2013 para 4% em 2016 (N=1), como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10

Dentro das notícias policiais, a evolução das notícias internacionais, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria

Fontes

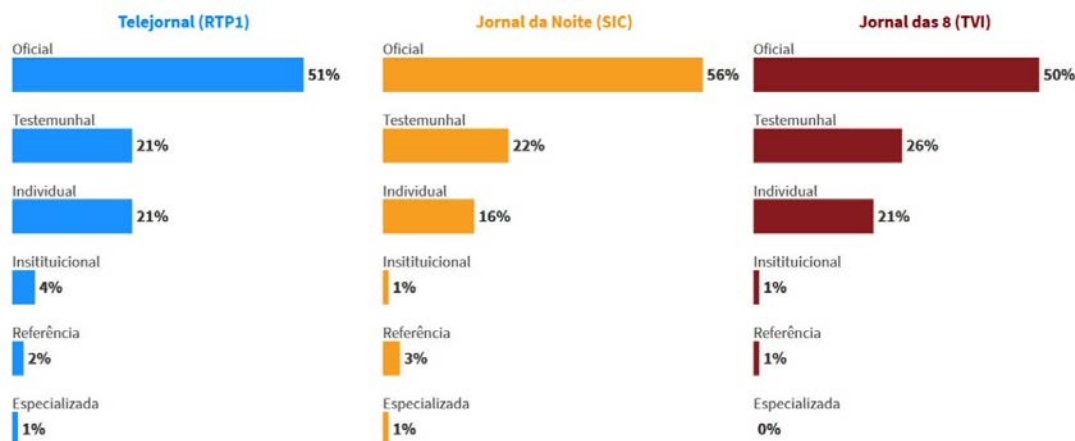
As fontes de informação foram contabilizadas em função do número de vezes em que foram utilizadas, e não pela quantidade de fontes utilizada, e tanto em casos em que apenas são mencionadas pelos jornalistas, quanto quando aparecem como entrevistadas. Fontes primárias estiveram presentes em 85% da cobertura policial do *Telejornal* e do *Jornal das 8*, e em 67% das notícias policiais do *Jornal da Noite*.

Com relação ao grupo, foram identificados seis dos sete tipos propostos por Schmitz (2011), apenas a fonte empresarial não foi utilizada. Foi verificada uma prevalência nos três

telejornais do uso das fontes oficiais, que representam mais da metade das fontes utilizadas nas notícias policiais dos três informativos, como mostra o Gráfico 11. Polícias e representantes do sistema de justiça foram as fontes oficiais mais utilizadas.

Gráfico 11

Proporção de cada grupo de fonte nas notícias policiais



Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que todos os informativos utilizaram, muitas vezes, combinações de grupos para sustentar uma notícia. Proporcionalmente, foi o *Jornal da Noite* o informativo que mais utilizou fontes oficiais. As fontes testemunhais fazem-se mais presentes no *Jornal das 8*, com mais valorização de depoimentos emocionados, indignados, por vezes recolhidos logo depois do acontecimento, como é frequentemente visto em matérias sobre incêndios e desastres naturais.

Em algumas das notícias não houve referência a nenhuma fonte. Notícias sem fontes representaram 29% (N=34) da cobertura policial do telejornal da SIC, 16% (N=13) da pauta policial do informativo da RTP1 e 13% (N=18) da TVI. Nestas circunstâncias, o jornalista limita-se a narrar o que aconteceu e, por vezes, a emissora assume a responsabilidade pela informação, utilizando frases como “a TVI sabe que...” ou “pelo que a SIC apurou...”.

Considerações finais

A chegada da CMTV na TV a cabo causou bastante debate na esfera pública, com artigos de opinião a temer a influência do novo canal nos principais canais de Portugal. A emissora inaugurada em 2013 começou a brigar pela liderança da audiência entre os canais

informativos em 2014, quando ainda era um canal exclusivo da operadora Meo. Neste artigo analisamos o impacto da CMTV na cobertura policial nos telejornais do *prime-time* português.

Para tal, examinamos edições do *Telejornal*, da RTP1, *Jornal da Noite*, da SIC, e *Jornal das 8*, TVI. Adotamos a estratégia de “semana artificial” (Bauer & Gaskell, 2002) para a seleção da amostra, uma vez que ajuda a perceber a evolução da cobertura dos telejornais e selecionamos o período de 2012 a 2016. Assim, a amostra conta com edições antes da inauguração da CMTV até quando a emissora já era líder no seu segmento.

Os resultados mostram que é equivocada a análise de que os telejornais do *prime-time* aumentaram a cobertura policial após a chegada da CMTV. Não há uma tendência generalizada de mais notícias policiais. Pelo contrário, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8* registraram quedas de notícias policiais no alinhamento entre 2012 e 2016, enquanto o *Telejornal* teve uma leve alta.

Se, em 2012, uma em cada quatro notícias no alinhamento do telejornal da SIC era de “crime, lei e justiça” ou “acidentes e desastres”, em 2016 foram apenas 14%. Uma redução de quase 50% em números absolutos: de 37 para 19 notícias policiais. Em 2016, o *Jornal da Noite* inclusive chegou a ser ultrapassado pelo *Telejornal* na cobertura policial.

Alguns aspectos do gênero possuem pontos de convergência, como predomínio da subcategoria crime como carro-chefe da cobertura policial, resultado que confirma a relevância desta temática como valor-notícia, devido o elevado grau de noticiabilidade das ocorrências criminais que normalmente contam com “violência, ruptura com a ordem social e imprevisibilidade” (Penedo, 2003, p. 41).

Os informativos das três emissoras também priorizam a cobertura de casos policiais ocorridos no território português, o que demonstra a força do valor-notícia de proximidade. Outra similaridade entre *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8* é a combinação entre categorias e grupos diversos de fontes para a construção das pautas policiais.

No entanto, a análise também permite identificar estratégias diferentes entre os três telejornais para atrair o telespectador. Na RTP1, sobressaem os formatos mais aprofundados de notícias, como a reportagem e o direto, que, conseqüentemente, fazem com que o *Telejornal* seja o informativo que mais investe em matérias de longa duração.

O *Jornal da Noite*, por sua vez, mesmo com a redução da presença de notícias policiais, aposta em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição. Esta característica estará diretamente relacionada à preocupação com a audiência, já que os destaques têm a função de fisgar a atenção dos telespectadores e fazê-los esperar para assistir determinada matéria.

O *Jornal das 8*, que nesta investigação foi o telejornal que mais abriu espaço para cobertura policial, enfatiza o discurso das fontes testemunhais, que estão diretamente ligadas à notícia, para construir narrativas atrativas, com apelo ao lado emocional de quem assiste.

Os resultados desta análise não confirmam completamente o sentimento do senso comum de que a televisão está tomada por crime e polícia, mas é preciso observar que a

investigação é focada em um horário específico. Dessa forma, a metodologia encontra espaço para ser replicada no futuro. A partir daqui, está aberto o caminho para análises que envolvam os telejornais da faixa das 13 horas e, importante ressaltar, os programas de entretenimento das manhãs. Estes programas ganharam, nos últimos anos, espaços fixos de crônicas criminais, com comentadores especializados, que, segundo explicou durante a entrevista o jornalista e comentarista do Queridas Manhãs, da SIC, Hernâni Carvalho, chegam a dobrar as audiências das emissoras.

A pesquisa também fica como referência para o monitoramento do cenário das coberturas policiais nos próximos anos. De acordo com Nuno Goulart Brandão, “a televisão é uma das principais fontes para a construção da realidade social e por isso, mais do que ser uma janela aberta para o mundo, funciona como espelho da nossa existência cotidiana” (Brandão, 2005, p. 219). Assim, faz-se necessário acompanhar esta evolução para perceber o que estará a ser refletido para as próximas gerações.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. R. de. (2017). *Jornalismo policial na televisão generalista em Portugal: O horário nobre em análise* [Dissertação de Mestre, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15038>
- Angrimani, D. (1994). *Espreme que sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. Summus Editorial.
- Barreiros, J. J. (2010). *Públicos, mídia e vida pública: Uso e opinião sobre mídia e informação em Portugal, na 1ª década do século XXI*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2311>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communications research*. Free Press.
- Brandão, N. G. (2005). *Prime Time: Do que falam as notícias dos telejornais*. Casa das Letras.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais: Que serviço público para o século XXI?* (1. ed). Guerra e Paz.
- Brandão, N. G., & Morais, I. (2012). O espetáculo e o drama televisivo — uma abordagem sobre a informação televisiva portuguesa. *Revista Internacional de Gestão e Comunicação*, 3. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5389>
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5th Edition). Oxford University Press.
- Cádima, F. R. (2011). Jornalismo televisivo e crime violento, ou sobre um decisivo «não-dito». *E-Compós*, 13(3). <https://doi.org/10.30962/ec.500>
- Calafate, R. (2016, 27 de outubro). A ascensão da CMTV e a queda dos outros. <https://eco.sapo.pt/opiniao/a-ascensao-da-cmtv-e-a-queda-dos-outros/>
- Canavilhas, J. (2001). *Televisão: O domínio da informação-espetáculo*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf>
- CMTV. (2020, 1º de outubro). *CMTV fecha setembro com mais audiência que todos os concorrentes juntos*. <https://www.cm-tv.pt/actualidade/detalhe/20201001-1308-cmtv-fecha-setembro-com-mais-audiencia-que-todos-os-concorrentes-juntos>
- Coelho, S. I. C. (2017). *Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC* [Relatório de estágio de Mestre, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/25980>
- Correia, J. C. (2008). *Investigação criminal, jornalismo e narrativa: Algumas notas sobre o caso Madeleine McCann*. [Paper presentation]. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Universidade Metodista de São Paulo, SP. <https://doi.org/10.13140/2.1.4158.0801>
- Cruz, C. (2008). *A telerealidade: Uma abordagem hermenêutica da construção social da realidade pela informação televisiva da actualidade*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Darnton, R. (1975). Writing News and Telling Stories. *Daedalus*, 104(2), 175-194. JSTOR.
- Douglas, G. H. (1999). *The Golden Age of the newspaper*. Greenwood Press.
- Duarte, C. (1994). *Audimetria: Problemas qualitativos na medição de comportamentos de consumo* [Trabalho apresentado no âmbito do Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/7588>
- ERC. (2017, 06 de setembro). *Deliberações adotadas pelo Conselho Regulador a 29 de agosto de 2017*. ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/noticias/deliberacoes-adotadas-pelo-conselho-regulador-a-29-de-agosto-de-2017>
- Fernandes, A. P. M. (2001). *Televisão do público: Um estudo sobre a realidade portuguesa (1993-1997)*. Minerva.
- Ferreira, A. C. (2009). *O caso Maddie, na imprensa nacional: A semana seguinte* [Relatório de estágio de Mestre, Universidade da Beira Interior]. Repositório Institucional da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1578>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gans, H. J. (2004). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time / Herbert J. Gans*. Northwestern University Press.
- Greer, C. (2017). News Media, Victims and Crime. In P. Davies, C. Francis, & C. Greer (Eds.), *Victims, Crime and Society*. SAGE.
- Hartley, J. (2004). *Communication, Cultural and Media Studies: The Key Concepts*. Taylor & Francis.
- Herscovitz, H. G. (2008). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago & M. Benetti (Eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (pp. 123-142). Vozes.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage Publications.
- McQuail, D. (1997). *Audience Analysis*. SAGE Publications.
- Menezes, M. R. B., Medeiros, C. P. de, & Alves, G. P. (2009). Jornalismo investigativo e policial: Os bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade. *Anagrama*, 3(2), 1-10.
- Neves, F. d'Oliveira. (2016, 29 de março). A comunicação social, ela que... *Público*. <https://www.publico.pt/2016/03/29/opiniao/opiniao/a-comunicacao-social-ela-que-1727213>
- Oliveira, S. C. P. (2019). O agendamento integrado no Grupo Cofina: Correio da Manhã e CMTV [Relatório de Estágio de Mestre, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/11300>
- Pacheco, A. R. (2005). *Jornalismo Policial Responsável* [Monografia para o grau de Jornalista, Universidade do Contestado]. Repositório Institucional da Universidade do Contestado, Mafra. <http://bocc.ufp.pt/pag/pacheco-alex-jornalismo-policial-responsavel.pdf>
- Penedo, C. C. (2003). *O crime nos media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime: um estudo de caso sobre a imprensa diária portuguesa*. Livros Horizonte.
- Porto Canal. (2017, 15 de setembro). Cobertura noticiosa pode ter efeito promotor de fogos postos. *Porto Canal*. <http://portocanal.sapo.pt/noticia/133328/>

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. van. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Rezende, G. J. de. (2009). Gêneros e formatos Jornalísticos na Televisão brasileira. *Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares Da Comunicação*, 32, 1-16.
- Romão, D. M. M. (2013). *Jornalismo policial: Indústria cultural e violência* [Mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.47.2013.tde-30072013-113910>
- RTP Notícias. (2016, 08 de novembro). O momento em que Pedro Dias se entrega às autoridades. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/o-momento-em-que-pedro-dias-se-entrega-as-autoridades_v960531
- Schmitz, A. A. (2011). Classificação das fontes de notícias. *Biblioteca Online de Ciências Da Comunicação*. <http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>
- Schudson, M. (1981). *Discovering The News: A Social History of American Newspapers*. Basic Books.
- Schudson, M. (2012). *The sociology of news* (2nd ed). W.W. Norton & Company.
- Silveira, A. F. (2017, 20 de junho). “A Direção de Informação da TVI não recebe lições de ninguém”. *N-TV*. <https://www.n-tv.pt/acontece/direcao-informacao-da-tvi-nao-recebe-licoes-ninguem/21476/>
- Sistema de Segurança Interna. (2020). Relatório Anual de Segurança Interna 2019. *XXII Governo—República Portuguesa*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->
- Stone, P. J., Dunphy, D. C., & Smith, M. S. (1966). *The general inquirer: A computer approach to content analysis*. MIT Press.
- Teixeira, W., Santa Brígida, F., & Teixeira, L. (2015). *Jornalismo e violência: Uma análise da cobertura de linchamento do jornal O Liberal de 2008 a 2012*. [Paper presentation]. GT de História Da Mídia Impressa, 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/100-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/jornalismo-e-violencia-uma-analise-da-cobertura-de-linchamento-do-jornal-o-liberal-de-2008-a-2012/view>
- Torres, D. F. B. (2014). *O Fenómeno da convergência jornalística: O caso do Correio da Manhã* [Relatório de estágio de Mestre em Jornalismo, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/13508>
- Traquina, N. (2004). *Teorias do jornalismo—Volume I*. Insular.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo—Volume II*. Insular.
- TVI. (2017, 18 de junho). Jornal das 8—18 de junho de 2017. *TVI Player*. <https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dco06243docf/video/5946e-629ocf2202a65416516>
- Vala, J. (2014). A análise de conteúdo. In J. M. Pinto & A. S. Silva (Eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Afrontamento.
- White, D. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da comunicação* (9th ed.). Presença.